

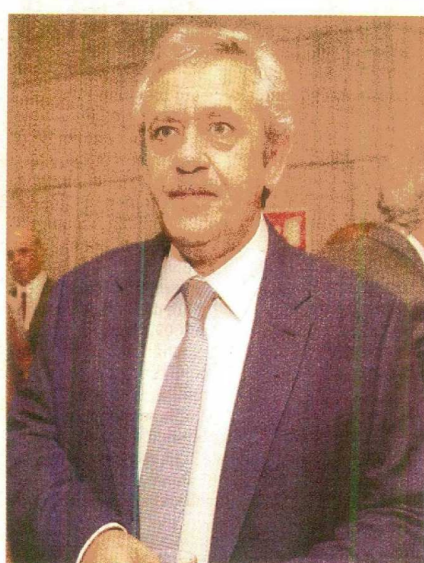


# Procurador tranquilo com processos “previstos na lei”

Rosário Teixeira garante que procedimentos “administrativos” como os que originaram a Operação Marquês “não são secretos” e nada têm de “anormal”



Mãe de Bárbara Vara falou da relação da filha com o pai



Rosário Teixeira diz que processos não são “secretos”

**Inês Banha**  
ines.banha@jn.pt

**OPERAÇÃO MARQUÊS** O procurador do Ministério Público (MP) responsável pelo inquérito da Operação Marquês, Jorge Rosário Teixeira, assegurou ontem não estar “nada” preocupado com as questões levantadas, nos últimos dias, em torno dos processos “administrativos” que culminaram, em 2017, na acusação de 28 arguidos, entre os quais o ex-primeiro-ministro José Sócrates, por crimes de corrupção e branqueamento de capitais, entre outros.

“É uma questão muito técnica. [...] Há uma lei e há uma construção sobre a existência desses procedimentos. Não são secretos, são previstos na lei, resultam até de obrigações do direito europeu e não têm nada de anormal”, frisou Rosário Teixeira, à saída da segunda sessão de instrução do processo, a decorrer no Tribunal Central de Instrução Criminal, em Lisboa, na qual foram ouvidos a mãe de Bárbara Vara,

Maria Isabel Figueira, e dois amigos da família sobre a relação da arguida com o pai, Armando Vara. Também foi ouvido João Carlos Silva, advogado e ex-presidente da RTP, sobre a venda de uma casa a uma empresa daquele. Todos como testemunhas abonatórias.

**MP MUDOU DE IDEIAS**

O JN noticiou ontem que, em julho de 2013, o mesmo

procurador arquivou um processo “administrativo” aberto em 2012 na sequência de uma participação por suspeita de branqueamento da Caixa Geral de Depósitos (CGD) sobre o recebimento de 600 mil euros por parte da mãe de José Sócrates e “passagem” de um total de 450 mil euros para a conta do filho, cuja justificação o banco público desconhecia. A investigação apuraria

que tivera origem na venda de um imóvel da mãe em Lisboa a Carlos Santos Silva, num contexto de “negócios familiares” quanto a “partilhas de bens de família, mas não a criação de justificativos para ocultar a verdadeira origem dos fundos”. Na altura, Rosário Teixeira ressalvou a sua conclusão naquele processo à análise das operações “quando vistas isoladamente” e “salvo melhor informação”.

O MP mudaria mais tarde de posição, no processo-crime aberto sobre as suspeitas em volta de mais de 20 milhões de euros que passaram nas contas de Carlos Santos Silva e que deu origem à Operação Marquês.

O capítulo com cerca de 500 páginas referente a estes “processos administrativos” foi agora junto ao processo, para ser apreciado pelo juiz. Em reação à Lusa, José Sócrates afirmou que a “investigação secreta” é ilegal. Algo que, agora, Rosário Teixeira vem negar. ●

**INSTRUÇÃO**

**Bárbara Vara entrega documentos para esclarecer prestações de empréstimo**

A defesa de Bárbara Vara, acusada de branqueamento de capitais, juntou ontem ao processo documentos que, segundo o advogado Rui Patrício, explicam o porquê de o valor da prestação de um empréstimo contraído junto da Caixa Geral de Depósitos – da qual o seu pai, Armando Vara, foi administrador – ser hoje distinto do do “passado”. A iniciativa surge depois de, após o seu interrogatório, ter sido noticiado que o banco lhe concedera um crédito habitacional vantajoso. Armando Vara, também arguido, depõe como testemunha na terça-feira.

